

Revista da Graduação

Vol. 4

No. 2

2011

26

Seção: FACULDADE DE PSICOLOGIA

**Título: A falta de limites na relação pais e filhos
e o papel da escola**

**Autor: Gabriela Adamatti Rodrigues, Rita de Cássia Petrarca
Teixeira**

Este trabalho está publicado na Revista da Graduação.

ISSN 1983-1374

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/10092/7122>

A FALTA DE LIMITES NA RELAÇÃO PAIS E FILHOS E O PAPEL DA ESCOLA

LACK OF LIMITS IN CONNECTION WITH PARENTS AND CHILDREN AND THE ROLE OF SCHOOL

Gabriela Adamatti Rodrigues¹

Rita de Cássia Petrarca Teixeira²

RESUMO

Este estudo se propõe a investigar a falta de limites na relação pais e filhos e o modo como isto se reflete na escola, através de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, realizado exclusivamente por meio de fontes bibliográficas. Problemas de comportamento e indisciplina escolar podem estar associados à falta de limites e poderão ser resolvidos de forma mais eficaz se houver uma melhor relação entre família e escola, pois essas instituições exercem papel preponderante na construção de limites e podem agir tanto como propulsoras quanto como inibidoras do desenvolvimento do sujeito. Para compreender isto, estudou-se os diversos estilos parentais e o quanto isto se relaciona com a falta de limites. Chegou-se a conclusão de que o estilo parental permissivo negligente tem sido o mais comum, o que corrobora com o que tem aparecido nas escolas. Buscou-se identificar a percepção das crianças e dos pais acerca da necessidade dos limites e a dificuldade dos pais de imporem limites aos filhos. Neste aspecto identificou-se fatores tais como culpa, insegurança e excesso de compromissos dos pais. Além disso, se pretendeu analisar as consequências da falta de limites na educação e no rendimento escolar dos filhos e discutir o papel da escola frente à falta de limites dos alunos, a qual tem tido que atuar cada vez mais a favor da criança.

Palavras-chave: Limites. Família. Escola. Problemas de Comportamento.

ABSTRACT

This study aims to investigate the lack of limits on the relation between parents and children and how this is reflected in the school, through exploratory and descriptive search, done

¹ Acadêmica da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: gabi.ar@terra.com.br

² Doutora em Psicologia, Professora Adjunta da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: rita.petrarca@pucls.br

exclusively by bibliographic sources. Behavior problems and school indiscipline may be associated with the lack of limits and can be solved more effectively if there is a better relationship between family and school, because these institutions play key role in the construction of limits and can act as both propelling and inhibiting for the development of the person. To understand this, we studied the different parenting styles and how this relates to the lack of limits. We have come to the conclusion that the negligent permissive parenting style has been the most common, which confirms what has appeared in schools. We tried to identify the perception of children and parents about the need for limits and the difficulty of parents to impose limits on children. In this respect we identified factors such as guilt, insecurity and over-commitment of the parents. In addition, it was intended to analyse the consequences of lack of limits on education and academic performance and discuss the role of the school in front of the students lack of limits, which has had to work increasingly in favor of the child.

Keywords: Boundaries. Family. School. Behavior Problems.

INTRODUÇÃO

A relação que os pais mantêm com seus filhos é fundamental para o desenvolvimento da criança. Se a criança se desenvolve sem a colocação de limites, ela apresentará dificuldades em algumas situações. Alguns problemas de comportamento e indisciplina escolar podem ser desenvolvidos em decorrência disso. Segundo Alvarenga e Piccinini (2007), as práticas facilitadoras do desenvolvimento social, como assertividade, sensibilidade e envolvimento das mães com as crianças levam à competência social destas, enquanto as práticas não-facilitadoras dessas mães, como coerção, intrusão, ambiguidade e permissividade, desenvolvem problemas de comportamento na criança.

Para Silveira e Wagner (2007), existem alguns problemas de comportamento que são associados ao fracasso escolar. Alguns deles são os chamados comportamentos de internalização, como isolamento, rechaço social, insegurança e exclusão. Outros comportamentos que afetam o desempenho escolar são os de externalização, como transgressão de regras morais e atos de violência. Quando existe este tipo de comportamento na criança, tende a existir um baixo envolvimento dos pais com os filhos. Ainda para estas autoras há fatores que contribuem para a pobreza de habilidades de manejo familiar: nível sócio-econômico baixo, divórcio, criminalidade na comunidade, família com poucas habilidades sociais, a criança possuir um temperamento explosivo ou então recusar críticas negativas.

Segundo Furtado (2009), as novas configurações familiares que vem surgindo ao longo dos anos tem contribuído para uma crescente crise de identidade, já que assim novos papéis são construídos na família. Famílias monoparentais, casais homossexuais, recasamentos, adolescentes grávidas, permanência na casa dos pais após o nascimento dos filhos são alguns exemplos dessas novas configurações que podem ocasionar a confusão de papéis na família. Essa confusão acaba afetando o âmbito familiar e individual no modo de vida das pessoas, pois estas não conseguem definir uma função para cada um nessa relação, o que reflete no pouco entendimento sobre a educação das crianças e conseqüentemente a falta de limites.

A falta de limites em casa repercute em toda vida social da criança, inclusive e principalmente na escola, onde ela passa grande parte do seu tempo. Deste modo, essa questão envolve não somente a família, mas também todo o contexto escolar, influenciando o andamento das aulas, o relacionamento com colegas e professores e o aprendizado. A partir disto, se coloca em questão o modo como a escola deve agir diante dessa temática cada vez mais recorrente e que se torna cada vez mais perigosa, conforme apontam as revistas e jornais diariamente. Diante de tanta violência no âmbito escolar, com brigas físicas e verbais questiona-se o modo como a escola hoje em dia lida com isso.

Alguns problemas que podem ser decorrentes da falta de limites são: descontrole emocional, ataques de raiva, dificuldade crescente de aceitação de limites, distúrbios de conduta, desrespeito aos pais, colegas e autoridades, incapacidade de concentração, dificuldade para concluir tarefas, excitabilidade, baixo rendimento; agressões físicas se contrariado, descontrole, problemas psiquiátricos se há predisposição (ZAGURY, 2001).

Família e escola exercem ambas papel preponderante na construção de limites (ARAÚJO; SPERB, 2009). Dessen e Polonia (2007) afirmam que as duas instituições podem atuar tanto como propulsoras quanto como inibidoras do crescimento físico, intelectual, emocional e social das pessoas. No entanto, “sabe-se que o convívio entre estas duas instâncias nunca foi totalmente harmonioso” (ARAÚJO; SPERB, 2009), o que dificulta o processo de auxílio à criança com problemas de comportamento.

Dessen e Polonia (2010) discorrem sobre a difícil tarefa da escola de ter de preparar alunos, professores e pais para superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, de forma a contribuir com o desenvolvimento do indivíduo. Conforme afirma Molina-Loza (2000), a escola tem assumido funções que antes eram quase que exclusivamente desempenhadas pela família.

Este autor expõe que tanto família quanto escola tem visto a sua tarefa complicada pelas transformações da cultura. Uma dessas alterações se refere ao contexto de relações cada vez menos próximas entre pais e filhos, o que faz com que a criança inconscientemente busque meios de atrair a atenção dos pais. Uma maneira segura de conquistar essa atenção pode ser justamente a dificuldade escolar, pois a criança sabe que esta é uma forma de afetar diretamente os pais e conseqüentemente adquirir um contato direto com eles. Sobre essa questão Casarin e Ramos (2007) dissertam que a criança precisa de afetividade e compreensão para sentir-se segura nos processos de aprendizagem.

Do ponto de vista de Tiba (1996), “uma criança satisfeita dá liberdade para os pais. Estando insatisfeita, exige atenção o tempo inteiro” (p.72). Alvarenga e Piccinini (2001) assinalam que o comportamento de crianças que costumam provocar os pais até serem punidas pode ser explicado pelo fato de que as punições são geralmente seguidas pela atenção dos pais arrependidos.

Gotzens (2003), citando Dreikurs e Grey, coloca que qualquer atuação infantil se desenvolve de acordo com o esforço que o aluno faz para sua integração social. Quatro são os objetivos que resumem os propósitos do mau comportamento infantil: desejo de atenção dos adultos e a obtenção de provas de sua aceitação; desejo de manifestação do poder, desafiando o adulto, que ao tentar dominar a situação acaba por reforçar ainda mais o valor do poder; desejo de vingança pela convicção de que somente atingindo os outros na mesma medida que o atingem é que alcançará o lugar que lhe cabe; e por fim, o desejo de mostrar certa incapacidade afim de salvaguardar seu prestígio.

As dificuldades de dar atenção aos filhos e despende tempo com eles leva à culpa e esta a práticas compensatórias dos pais, em que se valoriza os presentes materiais. Os pais reconhecem que essas práticas redundam em fracasso, mas restringem-se a novamente culpar a si mesmos pela situação de dívida na qual se encontram na relação com os filhos. Cresce assim a superioridade da criança, enquanto os pais se colocam numa posição inferior, a partir de práticas permissivas que satisfaçam a todos os desejos da criança, chegando mais uma vez ao problema dos limites (PAGGI; GUARESCHI, 2004).

Considero importante aqui identificar os diversos estilos parentais para que se possa compreender a influência da família sob o comportamento das crianças, afinal os pais são para os filhos, de modo positivo ou negativo, um modelo a ser seguido.

Segundo Weber, Prado, Viezzer e Brandenburg (2004), o estilo parental autoritário é constituído por pais que são exigentes com seus filhos, porém não responsivos em relação a eles. Isto é, exigem da criança, monitorando suas atividades, mas não tem a mesma

preocupação quanto ao envolvimento e afeto que dedicam aos filhos. Por isso os pais que tem como hábito bater nos filhos para eliminar os problemas se encaixam neste estilo parental, pois, segundo Baumrind (in WEBER et al., 2004), estimam a obediência como uma virtude e são a favor de medidas punitivas para lidar com aspectos da criança que entram em conflito com o que eles pensam ser certo.

Outros estilos parentais, segundo Weber et al. (2004), são o autoritativo e o permissivo, sendo o último constituído por dois diferentes grupos: indulgentes e negligentes. Conforme a pesquisa de Baumrind (in WEBER et al., 2004), os pais autoritativos são aqueles que, sendo tanto exigentes como responsivos com os filhos

tentam direcionar suas crianças de maneira racional e orientada; incentivam o diálogo, compartilhando com a criança o raciocínio por detrás da forma como eles agem, solicitam suas objeções quando ela se recusa a concordar; exercem firme controle nos pontos de divergência, colocando sua perspectiva de adulto, sem restringir a criança, reconhecendo que esta possui interesses próprios e maneiras particulares; não baseiam suas decisões em consensos ou no desejo da criança.

Além disso, os filhos de pais autoritativos, segundo a pesquisa de Weber et al. (2004), tem sido associados a aspectos positivos, apresentando um melhor desempenho nos estudos, fazendo o uso de estratégias adaptativas, apresentando um maior grau de otimismo e sendo vistos socialmente mais competentes.

Já os pais permissivos, conforme Baumrind (in WEBER et al., 2004), tentam se comportar de maneira não-punitiva, apresentando-se para a criança como um recurso para realização de seus desejos e não como um modelo, nem como responsável por direcionar seu comportamento. Podemos diferenciar os estilos parentais permissivos indulgentes dos negligentes a partir do quesito exigência. Os primeiros, embora sejam responsivos com os filhos, não são exigentes com os mesmos, enquanto os últimos não apresentam nem exigência, nem responsividade. Na escola, os estilos parentais permissivos, assim como os autoritários, foram associados a notas baixas, no estudo de Weber e colegas (2004).

É relevante sublinhar aqui o que compete à exigência e à responsividade. Quanto à exigência foram observados aspectos como o quanto os pais sabem sobre o comportamento dos filhos e a tentativa deles de controlá-los. Já a responsividade foi analisada a partir dos fatores interação pais-filhos (como despender de tempos juntos e manter diálogos) e ajudas e incentivos dedicados aos filhos.

Cabe destacar também a diferença entre a prática parental e o estilo parental. Segundo os estudos de Weber et al. (2004), as práticas seriam estratégias que os pais usam tendo por objetivo suprimir comportamentos inadequados ou incentivar os adequados. São estratégias

de socialização que os pais utilizam para orientar o comportamento dos filhos (ALVARENGA; PICCININI, 2001). Já os estilos parentais são um conjunto de atitudes dos pais que incluem as práticas parentais e outros aspectos da relação, tais como tom de voz, linguagem corporal, descuido e mudança de humor.

Desta forma, este estudo se propõe a pontuar o papel dos pais e da escola frente às situações em que se apresenta falta de limites, destacando a importância da presença efetiva dos pais no relacionamento com seus filhos, para que se criem crianças com limites e afetividade, de modo a evitar problemas de comportamento e a consequente indisciplina escolar. O objetivo é de tornar mais explícita a temática da falta de limites das crianças hoje em dia e as implicações que isso gera na educação e no rendimento escolar, pois se percebe que este tema não tem sido amplamente divulgado no campo da ciência. Ao mesmo tempo, tem sido bastante discutido na sociedade atual, sendo facilmente encontradas essas questões em publicações de revistas e jornais para leigos, as quais trazem a temática através de situações que ocorrem no dia a dia das escolas. Assim, torna-se necessário refletir e estudar essas questões uma vez que a sociedade tem trazido a tona situações deste tipo e não se tem encontrado facilmente pesquisas científicas a este respeito. Pretende-se então analisar aqui a percepção das crianças e de seus pais acerca da necessidade da imposição de limites e discutir o papel da escola frente a essa falta de limites dos alunos. Também se busca compreender a dificuldade dos pais imporem limites aos filhos e refletir sobre as consequências da falta de limites na educação e rendimento escolar das crianças.

MÉTODO

O tipo de pesquisa que este trabalho apresenta é de caráter exploratório e descritivo, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, aprimorando ideias, a fim de tornar o tema mais explícito. Isto foi realizado através de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, de forma a analisar diversas posições acerca da temática do trabalho (GIL, 2002). Na análise foi feita uma leitura crítica e interpretativa para estabelecer relações e confrontar ideias entre os diferentes autores pesquisados. Os materiais foram coletados em biblioteca e base de dados, tais como Scielo, BVS, Pepsic, sendo utilizados apenas os materiais analisados que tiverem real pertinência ao tema e ao seu foco. Os artigos pesquisados foram procurados a partir dos descritores: limites, relação pais e filhos, estilos parentais, família, escola e educação e tendo como fator de exclusão aqueles editados antes do ano de 2000.

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, uma vez que não se propôs a quantificar dados. Foi desenvolvida através de uma análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977) tem a intenção de descrever e interpretar os dados para apreensão e entendimento dos significados. Para Moraes citado por Nunes (2005), na pesquisa qualitativa, se trabalha apenas com a organização temática do material, voltando-se para o estudo das características da mensagem, seu valor como informação, como palavras, ideias e afetos expressos.

DISCUSSÃO

Silveira e Wagner (2007) acreditam que o comportamento anti-social, assim como a baixa auto-estima, são decorrentes de pouco monitoramento dos pais. Pettit e Bates, citados por Alvarenga e Piccinini (2001), explanam que o afeto somado a uma atitude educativa e positiva da mãe, estaria relacionado à ausência de problemas de comportamento. Segundo os estudos de Weber et al. (2004) os problemas de comportamento de internalização e externalização em geral estão presentes em filhos de mães autoritárias.

Para Ferreira e Marturano (2002) comportamentos externalizantes frequentemente se desenvolvem em contextos de adversidade ambiental. Contexto este que muitas vezes pode ser a família, que através de práticas coercitivas e punitivas contribuem para o desenvolvimento da agressão e fracasso escolar, levando à seleção de companheiros anti-sociais e conseqüente envolvimento em atividades deste tipo. Os delinquentes sociais, para Tiba (1996), nada mais são que os “folgados” familiares que transformaram o abuso entre as paredes do lar em abuso externo, ou seja, não havendo nenhuma proibição na família, os filhos acabam fazendo tudo o que querem e levam essa vontade também para fora de casa.

Com isso, se percebe que de maneira geral os autores concordam que os problemas de comportamento das crianças muitas vezes são decorrentes das atitudes dos pais para com seus filhos. Acredito que isso não ocorra de maneira consciente, e portanto, acabam agindo de tal forma por falta de informação sobre a maneira adequada de lidar com os filhos. Um exemplo claro disso é a questão de bater ou não nos filhos. Ainda é bastante comum encontrarmos pais que orgulhosos afirmam que batem nos seus filhos quando estes lhes desobedecem. Penso que crêem que desta forma estão colocando os limites tão necessários para o bom desenvolvimento da criança. No entanto, o que se encontra em artigos e livros recentes é justamente o contrário.

De acordo com Alvarenga e Piccinini (2001) existem dois tipos de estratégias disciplinares adotadas pelos pais: as indutivas e as de força coercitivas. As indutivas são caracterizadas por indicar as consequências do seu comportamento para as outras pessoas, o que propicia à criança o entendimento dos motivos que justificam a necessidade de mudança do comportamento. Promove-se, assim, um desenvolvimento da autonomia da criança para utilizar essa informação em busca do controle de seu comportamento.

Em oposição, as estratégias de força coercitiva são marcadas, segundo os autores, pela aplicação direta da força, incluindo punição física, privação de privilégios e afetos ou ainda pela ameaça dessas atitudes. É uma estratégia empregada por muitos pais em diversas ocasiões, provavelmente pelo seu efeito em curto prazo. Este tipo de estratégia faz também com que a criança controle seu comportamento, mas dessa vez em função de um fator externo (que no caso são as punições dos pais) que não favorece a internalização das regras sociais. Além disso, produz medo, raiva e ansiedade nas crianças, reduzindo a possibilidade de elas compreenderem a situação e conseqüentemente de sentir a necessidade de mudança de comportamento. Alvarenga e Piccinini (2001) crêem que os comportamentos de externalização estão associados a práticas coercitivas, pois crianças que são expostas a estratégias disciplinares punitivas, tendem a demonstrar maior número de atitudes agressivas.

Vemos aqui que estes autores estão em concordância com os outros até então citados, acerca da atitude de bater nos filhos, considerada como uma prática coercitiva. Alvarenga e Piccinini (2001) informam que as práticas coercitivas não favorecem a internalização de regras, o que já não contribui para o adequado desenvolvimento da criança. Também concordam com os demais autores no que diz respeito aos problemas de externalização das crianças estarem vinculados às práticas coercitivas dos pais.

Silveira e Wagner (2007) informam através de pesquisas que os pais dizem utilizar tanto práticas indutivas como coercitivas frente às situações difíceis com os filhos. Assim também fazem as professoras, embora se utilizem mais frequentemente de práticas indutivas. O que as autoras puderam concluir foi que, por ambos sistemas apresentarem uso combinado de práticas, o uso exclusivo de uma delas tende a ser ineficaz.

Alvarenga e Piccinini (2001) ao discorrer sobre as práticas coercitivas utilizadas pelos pais – como a punição física – nos informam que há pesquisas que sugerem que os efeitos negativos ocorreriam apenas em algumas situações. Assim, seriam observados tais efeitos com a utilização muito freqüente da estratégia coercitiva, com o uso de punições severas ou quando a punição fosse associada a manifestações de rejeição. Não seria negativo então quando essas práticas fossem utilizadas de maneira moderada. Alvarenga e Piccinini (2001)

ratificam a ideia de que o uso frequente de estratégias coercitivas tende a fazer com que as crianças se comportem de forma coercitiva também com seus pais.

Este raciocínio de que a atitude dos pais influenciaria na atitude dos filhos pode ser equiparado ao que a teoria sistêmica chama de circularidade. A partir dela, entende-se que o fato de os pais agirem de uma forma mais rígida com seus filhos, tende a contribuir com um comportamento agressivo destes, pois reagem a conduta rígida e autoritária dos pais de forma agressiva ou rebelde, o que justifica a crença dos pais de que precisam ser rígidos com seus filhos. Isto ocorre em função da reciprocidade presente nas interações humanas e especialmente nas interações entre pais e filhos (SILVEIRA; WAGNER, 2007).

Zagury (2001) afirma que bater nos filhos para que eles se comportem não é uma forma de dar limites, e sim uma forma de violência física que humilha e desrespeita a criança, e que juntamente com injustiça e falta de amor e carinho provoca traumas e problemas emocionais. A autora acrescenta que toda a criança tem capacidade de compreender um não sem ficar com problemas, desde que esse não tenha razão de ser.

A autora ainda defende que a palmadinha leve que parece inofensiva, deixa de surtir efeito depois de um tempo e acaba se transformando em palmadas cada vez mais fortes. Dessa forma, acredita que se pode disciplinar sem bater recompensando o bom comportamento, não necessariamente através de coisas materiais, mas principalmente de afeto, e fazendo com que a criança assuma as consequências dos seus atos, tanto os negativos, quanto os positivos.

Pode-se também acrescentar aqui a questão do castigo, que para Tiba (2002), não educa uma criança “folgada”, o que educa, segundo o autor – concordando com Zagury (2001) – é assumir as consequências de seus atos. O autor dá o exemplo da criança que não quer guardar seus brinquedos, nesse caso como consequência os pais devem fazer com que a criança perca o brinquedo do qual não cuidou, doando a outra criança. Penso que é uma forma de punir o mau comportamento, sem no entanto agredir fisicamente a criança, o que poderia ocasionar traumas psíquicos, além dos fatores já mencionados.

Todavia, o que os livros e artigos científicos trazem nem sempre é compatível com o que se encontra na mídia. Podemos encontrar em revistas para leigos reportagens que abordam este assunto, mencionando a importância de não castigar a criança fisicamente de modo agressivo, mas que uma palmada leve deveria ser permitida, enquanto que o que vemos através de estudos elaborados, é que mesmo sendo uma “palmadinha” esta não tem o efeito que se pensa que tem. Contudo, sabemos que em sua maioria, os pais que batem em seus filhos acreditando que desta forma estão o educando, em geral, não tem acesso às informações divulgadas em artigos científicos e sim nestas revistas que estão diariamente expostas nas

ruas, de fácil acesso. Além disso, este tipo de assunto é muito mais discutido nos meios de comunicação do que estudado de modo aprofundado e publicado.

Em se tratando da palmada, sabemos que existem pais mais propensos a fazer uso desta com seus filhos e por isso aqui retomamos os estilos parentais. A partir das pesquisas realizadas por Weber e colegas (2004) chega-se aos dados de que a maior porcentagem de pais foram classificados como negligentes. Nas pesquisas de Silveira e Wagner (2007), também foi encontrado o comportamento negligente dos pais como uma prática comum. Sendo justamente aqueles que apresentam os resultados mais negativos, como baixo rendimento escolar, sintomas depressivos e baixa auto-estima, podem também apresentar um desenvolvimento atrasado e problemas afetivos e comportamentais. Esse estilo parental englobou quase metade da amostra, o que representou 45,4%. A partir desse e dos demais dados, constata-se que são no total uma maioria de 67,3% de pais não autoritativos (WEBER et al., 2004).

Interessante observar também que os pais se perceberam, neste estudo, como mais responsáveis e exigentes do que seus filhos os percebem. Uma explicação para isso, segundo os autores, é a de que os pais agem de um jeito, mas podem ser interpretados de outra forma pela criança. Por isso é importante não só saber o que fazer para educar bem, mas saber se o que se está fazendo está sendo adequadamente interpretado pela criança. Assim, entende-se que o problema que pode ter levado a uma certa discordância de respostas entre pais e filhos é o da comunicação, pois muitas vezes os pais não conseguem se expressar de forma entendível para uma criança (WEBER et al., 2004).

Furtado (2009) ressalta a importância de a família possuir fronteiras claras para se manter saudável. Ela acredita que os pais devem ser referência de autoridade, gerando segurança nos filhos e promovendo auto-estima e autonomia. As fronteiras são as regras que definem quem participa do quê e como. A função delas é proteger a diferenciação do sistema, ou seja, da família, para que não ocorram interferências indevidas entre os subsistemas, por exemplo, do subsistema fraternal (entre irmãos) para o subsistema parental (entre os pais). Para um funcionamento apropriado, segundo Minuchin (1982), as fronteiras das famílias devem ser nítidas, isto é, claramente delineadas para que cada um compreenda o seu papel no sistema.

Tendo apresentado os estilos parentais e os problemas de comportamento das crianças, pode-se agora entrar na questão que envolve a escola, a indisciplina escolar e as consequências da falta de limites que aparece no dia-a-dia da escola e preocupa os pais, os professores, a direção e até mesmo o próprio aluno. Ferreira e Barrera (2010) acreditam que

ambientes familiares que disponham de jogos e materiais educacionais são facilitadores da aprendizagem escolar, uma vez que potencializam as habilidades cognitivas e a aprendizagem. Contudo, as autoras advertem que “ter apenas a estrutura necessária não é o suficiente se não houver algum adulto que sirva de mediador para orientar e incentivar a criança a usufruir deste ambiente” (p. 463). Mais uma vez aparece a importância de alguém que exerça o papel de apoio necessário à criança, que a auxilie, dê afeto.

A tese de Nunes e Abrahão (2000) traz a visão dos alunos sobre a indisciplina escolar. Para eles, ela é gerada por diversos fatores, entre os quais: a falta de limites, a influência da família e do mundo e o âmbito pedagógico e administrativo da escola, como aulas desinteressantes e longos turnos de aula. Ferreira e Barrera (2010) citam o estudo de Wang, Hartel e Walberg que informa que as principais variáveis que exercem impacto sobre a aprendizagem são as que se referem especificamente à criança, como a metacognição e o autocontrole. Seguido disso, outro fator que também influencia para aprendizagem são as variáveis intraescolares, como manejo em sala de aula, quantidade e qualidade do ensino, interações professor-aluno e clima da sala de aula. Em terceiro lugar aparece uma variável extraescolar: o ambiente familiar, considerando o envolvimento dos pais na vida escolar e o ambiente educacional do lar. Já para Casarin e Ramos (2007) as causas do fracasso escolar são a origem social e as práticas pedagógicas do professor sobre o intelecto e o afeto dos alunos.

Casarin e Ramos (2007) destacam, no entanto, que a aprendizagem escolar depende primeiramente da inter-relação familiar e depois da relação professor-aluno. Para eles a organização familiar está diretamente ligada ao grau de aproveitamento escolar dos filhos. Com isso, eles entendem que se a família acompanha o aluno, este dificilmente terá defasagem escolar. Estes autores ainda colocam que a criança não tem maturidade para enfrentar problemas sem a presença e os limites colocados pelo adulto. Ferreira e Barrera (2010) também colocam que embora o estudo de Wang e colegas apresente a família como terceira variável de influência sobre a aprendizagem, as suas análises sugerem que o contexto familiar indiretamente influencia nas variáveis relativas à criança, que foram colocadas em primeiro plano.

Segundo Tiba (2002), as crianças dão muitas oportunidades para os pais errarem, mas também dão muitas oportunidades para que acertem. O autor coloca que é por medo de errar que os pais erram porque acabam não estabelecendo limites. Furtado (2009) afirma que a culpa, a insegurança, a indefinição de papéis, a vida agitada e o excesso de compromissos são alguns dos motivos que dificultam aos pais a imposição de limites.

Paggi e Guareschi (2004) acreditam que “o problema dos limites está relacionado a um contexto maior que o da família, mas se reproduz e perpetua decisivamente nas práticas e representações que cultivamos dentro dela” (p. 71). Para estes autores, o problema dos limites deve ser examinado a partir da análise da cultura e do momento histórico. Com isso, se torna imprescindível compreender em que medida cada um de nós, seres humanos, contribuimos na produção de práticas que constroem a cultura de nossa época.

A partir disso, percebe-se a importância da interação família-escola, assunto do qual Oliveira e Marinho-Araújo (2010) se dedicam a estudar. Para elas, essa relação está permeada por um movimento de culpabilização e não responsabilização compartilhada. Pais e professores acreditam ter tarefas divergentes e mostram-se relutantes em fazer aquilo que consideram ser tarefa do outro. Para os pais, o que lhes compete é complementar as metas educacionais da escola e a interação com essa instituição deve se dar apenas nos horários de saída da aula ou quando convocados pela escola. Já para alguns professores, envolver a família na educação escolar pode representar uma ameaça. Tiba (1996) afirma que muitos pais têm colocado na escola a responsabilidade de educar seus filhos. Silveira e Wagner (2007), a partir de seus estudos, afirmam que a escola deveria “refletir acerca de suas práticas pedagógicas e assumir responsabilidades no seu domínio, revertendo a postura ‘queixosa’ em relação à família e assumindo-a como parceira”. Os alunos, em sua maioria, vêem a relação família-escola de forma negativa e acreditam que há um decréscimo da participação dos pais nas atividades da escola à medida que se avança na série. Em geral, essa relação é um fenômeno pouco harmonioso e satisfatório, uma vez que as expectativas de cada instituição não são atendidas e se mostram pouco favoráveis ao crescimento dos alunos (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Yves de La Taille (in AQUINO, 1996) coloca que a indisciplina é decorrente do enfraquecimento do vínculo entre moralidade e vergonha, ou seja, a partir do momento em que os pais valorizam comportamentos inadequados, como, por exemplo, uma competitividade exacerbada, os filhos passam a não ter vergonha de infringir as regras morais, podendo até se sentirem orgulhosos se isso significar a vitória. Aquino (1996) afirma que a indisciplina é também decorrente da carência psíquica do aluno, pois a importância de reconhecer a autoridade (no caso, o professor) pressupõe uma infra-estrutura psicológica, pela qual a família seria a responsável. Para Nunes e Abrahão (2000), este é um sintoma de famílias desagregadoras, incapazes de realizar a contento a sua tarefa na educação dos filhos.

De acordo com Molina-Loza (2000), a família mantém um papel central na realização da tarefa de educar, mas a escola, concebida como auxiliar da família, assumirá uma série de

funções outrora desempenhadas quase que exclusivamente pela família. O autor apresenta a escola como auxiliar da família, o que pressupõe uma maior responsabilização da família para a educação dos filhos. Penso que a escola deve auxiliar na educação de modo geral, mas podendo se focar no processo de aprendizagem dos conteúdos escolares, se a família fizer a sua parte. Para Casarin e Ramos (2007), já que o conceito de família vem perdendo espaço na sociedade capitalista, a escola tem de agir, hoje mais do que nunca, em relação ao desempenho escolar de seus alunos.

Assim, a escola acaba ficando sobrecarregada com os diversos assuntos que tem para tratar, além da já difícil tarefa de ensinar os conteúdos do currículo. Contudo, se torna difícil encontrar outro meio para resolver essas questões, pois o desempenho escolar não depende apenas de um bom ensino, mas de boa saúde psíquica do aluno para compreensão da matéria. Penso que, no momento atual, se a escola não se preocupar com o desempenho escolar de seus alunos e, junto disso, com as questões que o envolvem, as crianças ficarão prejudicadas, já que a família e a sociedade tem sido pouco presente para mudar esta realidade.

Segundo Dessen e Polonia (2007), a escola assegura, com os conteúdos curriculares a instrução e apreensão dos conhecimentos, preocupando-se primordialmente com o processo ensino-aprendizagem. Já a família fomentaria os processos de socialização, proteção, condições básicas de sobrevivência e desenvolvimento de seus membros no plano cognitivo e afetivo. Creio que isso é, na verdade, o mínimo indispensável para que se possa conceber a ideia de dar um futuro melhor as crianças, e também a nós mesmos, pois somos nós que estamos nos inferiorizando no momento em que colocamos na criança todo o poder de escolha, de satisfação de desejos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já colocava no artigo 129 que “são medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, entre outras tarefas, a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar”, conforme inciso V. Oliveira e Marinho-Araújo (2010), acreditam que família e escola apresentam aspectos comuns e divergentes, pois compartilham a tarefa de preparar os sujeitos para a vida socioeconômica e cultural, mas divergem nos objetivos que tem nas tarefas de ensinar.

Conforme pesquisa realizada pelas autoras, à escola também compete a responsabilidade de tomar a iniciativa para a construção da relação família-escola, pois é constituída de profissionais com formação específica. Para Gotzens (2003), a escola é apenas um dos ambientes que o aluno frequenta, além da família, vizinhança e amigos, e, desta forma, embora seja uma instituição altamente significativa, pretender que ela seja responsável por tudo quanto afeta o aluno seria uma forma de superdimensionar suas possibilidades de

atuação reais, contribuindo para que outros setores da sociedade despreocupem-se com a educação e desenvolvimento do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os aspectos trazidos neste estudo, destaca-se em primeiro lugar a importância de se estabelecer relações mais próximas entre família e escola, uma vez que fazem parte da vida da criança no seu momento mais importante de desenvolvimento psíquico, físico, cognitivo e social. Vimos que a busca para que essa relação se estabeleça deve partir da escola, considerando que muitos pais não tem conhecimento sobre a importância deste vínculo, acreditando até mesmo que a educação de seus filhos deve ficar apenas nas “mãos” da escola. A partir do estabelecimento dessa relação se torna mais possível auxiliar a criança com problemas de comportamento e indisciplina na escola, fatores que podem ser desencadeados pela falta de limites dada a essas crianças.

Pudemos ver que os próprios alunos acreditam que a falta de limites é prejudicial uma vez que apontam essa questão como um dos fatores que contribuiriam para indisciplina na escola. Pensam que os pais participam menos da vida escolar à medida que eles crescem. Entende-se, desta forma, que há uma carência de afeto por parte da criança. Sendo assim, se os pais agissem de maneira autoritativa, dando limites, afeto e atenção, as crianças não desenvolveriam tantos problemas de comportamento e de indisciplina, pois não necessitariam disso para ir em busca da atenção dos pais, o que fazem de maneira inconsciente.

No entanto, o que se vê é que os pais, em sua maioria são permissivos negligentes, ou seja, não são nem responsivos, nem exigentes, não interagem e nem fazem cobranças aos filhos. Apesar disso, acreditam ser mais responsivos e exigentes do que os filhos pensam que eles sejam, o que pode indicar tanto que os pais não sejam realmente tão exigentes e responsivos, quanto que eles sejam, mas não consigam fazer com que os filhos entendam isso, o que poderia acontecer por exemplo nos casos em que os pais agem de tal modo com os filhos e não explicam os motivos pelos quais agiram assim.

Percebemos que há uma série de motivos que levam os pais a terem dificuldades de estabelecer limites para os filhos: vida agitada, excesso de compromissos, indefinição de papéis na família, insegurança, culpa e até pelo próprio medo de errar. Além disso, ainda foi discutida a questão da supervalorização da criança advinda do desejo intenso de ter um filho, afastando este filho de tudo que possa lhe fazer sofrer, mas que também contribui para que não se desenvolva da maneira mais adequada.

Nota-se que assim como a família vem sofrendo alterações na sua configuração padrão, a escola vem modificando seu modo de agir diante dos alunos ao longo dos anos, em função disto. Embora a estrutura da escola permaneça a mesma há muitas décadas, sua autonomia tem desaparecido em detrimento da supervalorização da criança/aluno. Paggi e Guareschi (2004), mostram que essa supervalorização não se deve apenas as mães, mas à toda a sociedade que vê as crianças como representantes dos nossos sonhos, a ponto de elas revelarem imediatamente o momento e o estado de nossa cultura. Percebe-se que assim como os papéis dentro na família não estão bem definidos, os aspectos que intervêm na relação família-escola também não estão suficientemente estabelecidos (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

A escola deveria se preocupar com a o processo ensino-aprendizagem, assumindo a família como sua parceira neste processo, e não o inverso. A família, desta forma, se preocuparia com as questões afetivas e a educação que não condiz aos conteúdos curriculares, mantendo contato com a escola para obter informações sobre a vida escolar dos filhos. Contudo, sabe-se que pais com pouca escolaridade não tem conhecimento sobre a importância de se estabelecer uma relação com a escola, o mesmo ocorre com a questão da palmada. Sem acesso às informações adequadas, acaba ficando como incumbência da escola resolver os problemas dos alunos, o que claro, acaba a sobrecarregando, pois além de ter de se preocupar com o processo de ensino e aprendizagem, tem de se preocupar cada vez mais com o crescente número de alunos com dificuldades de aprendizado e problemas de indisciplina, que podem ser desencadeados por diversos fatores, mas que geralmente está relacionado a questões emocionais, muitas vezes familiares.

É importante que a família possa estabelecer fronteiras nítidas, dar carinho e atenção, preocupar-se com a educação dos filhos, sem pressupor que a escola fará tudo sozinha, que aceite que cada instituição tem o seu dever, mas que devem uma ajudar a outra pelo benefício das crianças. A escola mais do que nunca deve tentar resgatar o que faltou aos pais fazer pela educação de seus filhos, sem pensar que isso não deveria ser sua tarefa, afinal, isso faz parte da educação e é para isso que foi formada.

Se as escolas e as famílias não refletirem sobre essas questões, poderemos encontrar cada vez mais: descontrole emocional, ataques de raiva, distúrbios de conduta, desrespeito as autoridades, incapacidade de concentração, baixo rendimento, excitabilidade, agressões. Tudo isso advindo da falta de limites fornecida as crianças, propiciando uma dificuldade crescente de aceitação de limites.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Patrícia; PICCININI, Cesar. Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.14, n.3, 2001.

ALVARENGA, Patrícia; PICCININI, Cesar. O impacto do temperamento infantil, da responsividade e das práticas educativas maternas nos problemas de externalização e na competência social das crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.20, n.3, 2007.

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca; RAMOS, Maria Beatriz Jacques. **Família e Aprendizagem Escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.17, n.36, jan./abr. 2007.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/1990.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Ribeirão Preto, v.15, n.1, 2002.

FURTADO, Nina Rosa. **Limites: Entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOTZENS, Concepción. **A disciplina escolar: Prevenção e intervenção nos problemas de comportamento**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOLINA-LOZA, Carlos Arturo. As relações família/escola e professor/aluno e suas implicações patológicas. In: SUKIENNIK, Paulo Berél (org.). **O Aluno Problema: Transtornos Emocionais de Crianças e Adolescentes**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

NUNES, Juarez Magno; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **(In)disciplina escolar: A visão dos alunos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

NUNES, Maria Lúcia Tiellet. Entrevista como Instrumento de Pesquisa. In: MACEDO, Mônica Medeiros Kother; CARRASCO, Leanira Kesseli (orgs.). **(Con)textos de Entrevista: Olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.27, n.1, jan./mar. 2010.

PAGGI, Karina Preisig; GUARESCHI, Pedrinho A. **O desafio dos limites**. Um enfoque psicossocial na educação dos filhos. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

SILVEIRA, Luiza Maria de Oliveira Braga; WAGNER, Adriana. **A interação família-escola frente aos problemas de comportamento da criança: Uma parceria possível?** Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. 46. ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

TIBA, Içami. **Quem ama, educa!** 54. ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; PRADO, Paulo Müller; VIEZZER, Ana Paula; BRANDENBURG, Olivia. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.17, n.3, 2004.

ZAGURY, Tania. **Limites sem trauma**. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.